

O IMPACTO DA PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES HEDIONDOS NA SOCIEDADE

Autor(res)

Diego Fillipe Otoni De Barros Castro
Jorge Eduardo Ferreira Medina
Daniel Guilherme De Assis Soares
Isaias Andrade De Souza
Cassio Felipe Rocha
Tiago Roger Valadares Sampaio Junio

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

Introdução

A progressão de regime é um dos pilares da execução penal no Brasil, prevista na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Esse mecanismo permite ao condenado passar gradualmente do regime mais severo para o menos rigoroso, conforme critérios legais e comportamentais. Tal medida busca conciliar o cumprimento da pena com a finalidade constitucional da ressocialização.

Quando aplicada aos crimes hediondos, a progressão se torna um tema de sensibilidade extrema. Esses delitos, por envolverem condutas de elevada gravidade (como homicídio qualificado, estupro, latrocínio e tráfico de drogas), despertam na sociedade sentimentos de revolta e exigência de punição exemplar. Assim, a progressão de regime nesses casos é vista por muitos como um “benefício indevido” ao criminoso, embora juridicamente se trate de etapa de execução da pena, e não de redução.

A Constituição Federal de 1988, no entanto, impõe limites e princípios que não podem ser ignorados, como a dignidade da pessoa humana, a individualização da pena e o objetivo de ressocialização. O Supremo Tribunal Federal tem reforçado essa compreensão, como no HC 82.959/SP, no qual reconheceu a inconstitucionalidade da proibição absoluta de progressão nos crimes hediondos.

Conforme destaca Aury Lopes Jr. (2022), “a execução penal deve ser concebida como fase de cumprimento de direitos e não de supressão deles, sendo a progressão uma conquista civilizatória do Estado Democrático de Direito”.

Objetivo

Analisar de forma crítica e aprofundada os efeitos jurídicos, sociais e práticos da progressão de regime nos crimes hediondos no sistema penal brasileiro, considerando:

a evolução legislativa e constitucional desse instituto;

os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais (especialmente do STF e STJ);

as consequências sociais, psicológicas e penitenciárias da aplicação (ou restrição) da progressão;

e as propostas legislativas recentes, como o Projeto de Lei 1.112/2023, que busca endurecer as regras.

O artigo tem como propósito central demonstrar que a progressão de regime não é um privilégio ao condenado, mas um instrumento técnico e constitucionalmente necessário para a ressocialização e redução da reincidência, além de contribuir para a racionalidade e humanização da execução penal, mesmo em casos de crimes hediondos.

Em resumo:

Objetivo geral: avaliar o impacto da progressão de regime em crimes hediondos, confrontando as dimensões jurídicas, sociais e políticas, para verificar se ela efetivamente compromete ou fortalece a segurança pública e a função ressocializadora da pena.

Material e Métodos

Materiais utilizados:

Fontes legais:

Constituição Federal de 1988;

Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984);

Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990);

Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime);

Projeto de Lei nº 1.112/2023.

Fontes jurisprudenciais:

Julgados do Supremo Tribunal Federal (HC 82.959/SP);

Decisões do Superior Tribunal de Justiça (HC 133.607/SP e AgRg no HC 728.324/SP).

Fontes doutrinárias:

Obras de Aury Lopes Jr., Rogério Greco, Guilherme de Souza Nucci, Salo de Carvalho, Cezar Roberto Bitencourt, Damásio de Jesus, Julio Fabbrini Mirabete, entre outros.

Fontes estatísticas e institucionais:

Anais da 2ª Mostra de Iniciação Científica do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Ipatinga, Ipatinga, Minas Gerais, Brasil, 2025. Anais [...]. Londrina Editora Científica, 2025. ISBN: 978-65-01-82860-2



Relatórios do CNJ (2024);

Dados do DEPEN (2022);

Pesquisa DataSenado (2023).

Método de análise:

Método dedutivo, partindo de princípios constitucionais (dignidade humana, individualização da pena) e normas legais para interpretar seus efeitos práticos;

Análise comparativa, confrontando períodos legislativos (antes e depois do Pacote Anticrime);

Análise crítica e interdisciplinar, avaliando implicações sociais, psicológicas e penitenciárias;

Revisão de literatura para identificar as diferentes correntes doutrinárias (garantista, intermediária e punitivista).

O artigo utiliza método jurídico-dedutivo e pesquisa bibliográfica documental, com base em legislação, doutrina, jurisprudência e dados empíricos oficiais, para compreender como a progressão de regime em crimes hediondos impacta a sociedade e o sistema prisional brasileiro.

Resultados e Discussão

1. A progressão de regime em crimes hediondos — quando aplicada com critérios e fiscalização — reduz a reincidência, favorece a reinserção social e melhora a segurança pública, contrariando a percepção popular de que seria um “benefício” injusto.
2. O endurecimento penal, defendido por parte da sociedade e alguns setores jurídicos, não diminui a criminalidade e agrava a superlotação prisional.
3. A jurisprudência do STF e do STJ confirma que a progressão é constitucional e essencial para a individualização da pena.
4. O estudo conclui que o equilíbrio entre punição e ressocialização é o caminho mais eficaz para um sistema penal humano, racional e seguro.

Conclusão

Conclusão

O artigo conclui que a progressão de regime nos crimes hediondos é constitucionalmente legítima, socialmente necessária e penalmente eficaz.

Longe de representar um privilégio ao condenado, ela é um instrumento técnico de reinserção gradual, que:

Reduz índices de reincidência;

Evita a libertação abrupta e seus riscos à segurança pública;

Contribui para a humanização e racionalidade da execução penal;

Ameniza a superlotação prisional e favorece a pacificação nos presídios.

O estudo enfatiza que o populismo penal e o endurecimento excessivo não trazem resultados concretos, apenas agravam a crise carcerária.

A solução está em políticas públicas eficazes, avaliação técnica dos presos, educação e trabalho prisional, e respeito aos princípios constitucionais.

Em síntese:

" Punir sem desumanizar é o desafio central — equilibrar segurança pública com dignidade humana é o verdadeiro caminho de uma execução penal justa e civilizada."

Referências

Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARVALHO, Salo de. Criminologia e Política Criminal. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DAMÁSIO, de Jesus. Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2018.

GRECO, Rogério. Execução Penal Comentada. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal – Parte Geral. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 18. ed. São Paulo: RT, 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 (Pacote Anticrime).

STF – HC 82.959/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 23/02/2006.

STJ – HC 133.607/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 14/08/2019.



STJ – AgRg no HC 728.324/SP, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 03/04/2023.

CNJ. Relatório do Sistema Carcerário Brasileiro 2024. Brasília, 2024.

DATASENADO. Pesquisa Nacional sobre Execução Penal e Reincidência. Brasília, 2023.